



FAR - FACULDADE ALMEIDA RODRIGUES
DIREITO

ESTÁGIO SUPERVISIONADO II
4º PERÍODO

2017/02

FAR – FACULDADE ALMEIDA RODRIGUES
NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA - NPJ
SETOR DE PRÁTICA SIMULADA - SPS

Alba de Almeida Rodrigues
Diretora da Faculdade

Júlio César Ivo de Resende
Diretor Financeiro

GecildaFaccoCargnim
Coordenadora do Curso de Direito

Simone Dias Moreira
Coordenadora do NPJ e SPS

Jardênia de Lima Mesquita Carvalho
Professora/orientadora

2º SEMESTRE/2017

FAR – FACULDADE ALMEIDA RODRIGUES

CURSO DE DIREITO

PRÁTICA JURÍDICA – SIMULADA

ESTÁGIO SUPERVISIONADO – 2º SEMESTRE DE 2017

APRESENTAÇÃO

ATENÇÃO!

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES SOBRE A DISCIPLINA

- 1- O Estágio Supervisionado faz parte do Curso de Direito e se destina exclusivamente aos alunos que estejam enquadrados e matriculados no 4º período do Curso de Direito. O objetivo da disciplina é promover o pleno desenvolvimento do acadêmico, seu preparo para o exercício profissional, bem como sua qualificação para as diversas áreas de sua formação.
- 2- O aluno deverá cursar oito (08) períodos de estágio supervisionado (I a VIII), distribuídos do 3º ao 10º período do Curso de Direito, num total de 420 horas, que foram equacionadas por todo o curso, distribuídas em 30 e 60 horas por semestre/período, sendo, 3º e 4º períodos de 30 horas semestral, do 5º ao 10º períodos de 60 horas semestrais. A partir do 7º período o aluno deixará de trabalhar com os casos simulados e realizará a prática real (atendimento a clientes e elaboração de peça real).
- 3- Para o cumprimento da carga horária, as 30 horas de estágio junto ao SPS (Setor de Prática Simulada) serão obrigatoriamente cumpridas através de atividades vinculadas/ obrigatórias, isto é, a **elaboração de 04 (quatro) atividades** envolvendo o conteúdo estudado nos períodos anteriores e atual (questões em anexo), bem como atividades extras/ facultativas, sendo visita a órgão público de Rio Verde e orientação junto ao SPS em todas as atividades vinculadas/obrigatórias.

- 4- A observância dos prazos constantes de cada atividade faz parte do cumprimento das obrigações curriculares, inclusive na valoração de notas, portanto, não serão aceitas justificativas para a entrega extemporânea das obrigações. Como anteriormente descrito, tal circunstância acarretará a não avaliação da atividade.
- 5- A avaliação da disciplina Estágio Supervisionado será feita através da atribuição de pontos. A nota do primeiro bimestre será a soma da primeira e segunda atividades, sendo que cada atividade valerá 5,0 pontos, que totalizará 10,0 pontos. E a nota do segundo bimestre será a soma da terceira e quarta atividades que também somarão 10,0 pontos. Será considerado aprovado na disciplina o aluno que obtiver no mínimo média igual ou superior a 6,0 pontos. O aluno que não alcançar a média mínima, qual seja, 6,0 ficará de prova final.
- 6- Todos os comprovantes de atividades desempenhadas pelos alunos matriculados na disciplina de estágio supervisionado deverão ser protocolados na secretaria do SPS – Setor de Prática Simulada, no horário de expediente, em duas (02) vias, uma das quais será o comprovante de entrega.
- 7- As peças produzidas deverão ser digitadas (somente frente). Nas referidas peças, obrigatoriamente, deverão constar: nome completo do aluno, período, sala e número do estágio cursado, o que possibilitará a imediata identificação do autor do trabalho prático. O não cumprimento das normas estabelecidas acarretará o não recebimento do referido trabalho.
- 8- **Os trabalhos que forem identificados como cópias de doutrinas, *internet* e colegas (plágio) não poderão ser refeitos, sendo que não computarão nenhuma hora/atividade e os alunos estarão sujeitos a sanções disciplinares.**
- 9- Para a realização das atividades de Estágio Supervisionado, todos os alunos terão à sua disposição computadores para elaboração de peças, no CPD, além do professor para orientação e supervisão das atividades na Secretaria do Setor, no dia designado para atendimento.
- 10- Os trabalhos elaborados pelos alunos terão acompanhamento supervisionado e orientado pelo Professor/orientador do Setor de Prática Simulada.

- 11- A entrega dos trabalhos deverá ser feita até a data fixada para cada obrigação e protocolada na Secretaria do SPS, conforme item 4 deste.
- 12- Todas as orientações a respeito das atividades de Estágio Supervisionado poderão ser obtidas junto à Coordenação do Setor ou aos Professores, nos horários de atendimento.
- 13- **O horário de atendimento aos alunos será as quartas-feiras 18h30min às 20:50h.**
- 14- O Estágio Supervisionado é uma disciplina curricular de conteúdo prático, portanto, as avaliações e atividades estão sujeitas aos regulamentos e normas estabelecidas pela Faculdade.
- 15- Todos os trabalhos deverão ser entregues com capa, conforme item 07, nas datas aprazadas.

OBSERVAÇÃO:

A imagem da IES (Instituição de Ensino Superior), do aluno e do futuro jurista depende de seu interesse, pontualidade, atenção e educação no cumprimento das atividades que lhe são confiadas.

Para tanto, deverá o acadêmico observar os princípios éticos e tratar as autoridades, funcionários e todos aqueles que estarão envolvidos no grande projeto do saber prático jurídico com respeito, seriedade e urbanidade.

Coordenação do Setor de Prática Simulada

ELABORAÇÃO DAS PEÇAS JURÍDICAS (SOB ORIENTAÇÃO DA PROFESSORA DO SPS), OBSERVANDO A RESPECTIVA FORMA TÉCNICA, SOBRE OS PROBLEMAS ABAIXO RELACIONADOS, QUE DEVERÃO SER ENTREGUES NA SECRETARIA DO SPS, MEDIANTE PROTOCOLO, DE ACORDO COM OS SEGUINTE PRAZOS PARA ENTREGA:

ATIVIDADES VINCULADAS/OBRIGATÓRIAS

01 . PARECER

Afonso é bacharel em Direito. Após a conclusão do curso, com conseqüente expedição de seu diploma, obteve aprovação no Exame da Ordem e imediatamente foi convidado para trabalhar como consultor jurídico de uma Associação de Proteção Animal. Conhecedor das limitações impostas pelo Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil sobre as atividades permitidas aos bacharéis, antes de aceitar ou rejeitar o convite, decide procurar um advogado para tirar suas dúvidas.

Como advogado(a) de Afonso, emita parecer fundamentado acerca da possibilidade de o mesmo trabalhar como consultor jurídico da Associação de Proteção Animal?

PRAZO MÁXIMO PARA ENTREGA: ATÉ 30 DE AGOSTO DE 2017

02 . PARECER

Carlos e seu filho de dez anos caminhavam por uma rua com pouco movimento e bastante escura, já de madrugada, quando foram surpreendidos com a vinda de um cão *pitbull* na direção deles. Quando o animal iniciou o ataque contra a criança, Carlos, que estava armado e tinha autorização para assim se encontrar, efetuou um disparo na direção do cão, que não foi atingido, ricocheteando a bala em uma pedra e acabando por atingir o dono do animal, Leandro, que chegava correndo em sua busca, pois notou que ele fugira clandestinamente da casa. A vítima atingida veio a falecer, ficando constatado que Carlos não teria outro modo de agir para evitar o ataque do cão contra o seu filho, não sendo sua conduta tachada de descuidada.

Preocupado com a situação, Carlos(a) procura para aconselhamento jurídico sobre qual a melhor forma de se defender diante dos fatos relatados.

PRAZO MÁXIMO PARA ENTREGA: ATÉ 27 DE SETEMBRO DE 2017

03 . PARECER

Maria, cozinheira, tem como fonte de renda a produção e venda de refeições para os moradores de seu bairro. Para a produção das refeições, Maria precisa comprar grande quantidade de alimentos e, por vezes, para tanto, necessita contrair empréstimos.

Com o dinheiro que economizou ao longo de anos de trabalho, Maria montou uma cozinha industrial em um galpão que comprou em seu nome, avaliada em R\$ 100.000,00 (cem mil reais). Maria também acabou de adquirir sua casa própria e está preocupada em separar a sua atividade empresarial, exercida no galpão, de seu patrimônio pessoal.

Na qualidade de advogado(a) de Maria, elabore um parecer jurídico orientando sua cliente diante de tal circunstância. Para tanto, com base na legislação pertinente, responda aos itens a seguir:

- a) Qual seria o instituto jurídico mais adequado a ser constituído por Maria para o exercício de sua atividade empresarial de modo a garantir a separação patrimonial sem, no entanto, associar-se a ninguém?
- b) Como Maria poderia realizar a referida divisão?

PRAZO MÁXIMO PARA ENTREGA: ATÉ 25 DE OUTUBRO DE 2017

OBS: Os pareceres deverão ser elaborados individualmente com vocabulário próprio de cada aluno, a nível de curso superior, possuindo no mínimo 01 (uma) lauda e no máximo 03 (três) laudas completas digitadas, letra Times New Roman, fonte 12, espaçamento entrelinhas 1,5, citações bibliográficas no corpo do texto (citação direta, indireta e /ou citação de citação), e referências bibliográficas, devendo o aluno demonstrar capacidade de síntese, interpretação, argumentação e definição coesa sobre o assunto.

04 . PETIÇÃO INICIAL

Ulisses, domiciliado no Rio de Janeiro, solicitou empréstimo de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) de Tertuliano, também domiciliado no Rio de Janeiro. Tertuliano não titubeou em conceder o empréstimo, já que sabia que Ulisses estava empregado em renomada empresa hoteleira como gerente, possuindo conta corrente regular. Pactuaram que o valor seria devolvido no prazo de trinta dias.

No último dia do prazo estipulado, Tertuliano notificou extrajudicialmente Ulisses para que este realizasse o pagamento. Contudo, devidamente notificado, Ulisses afirmou que não poderia efetuar-lo por não possuir os recursos necessários. Tertuliano sabe que

Ulisses não possui quaisquer bens em seu nome e não possui recursos em sua conta corrente.

Uma semana após a notificação, Tertuliano teve conhecimento de que, naquela mesma semana, Ulisses perdeu dívidas de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais) de Marius, que, em conluio com Ulisses, aceitou a remissão para fins de auxiliá-lo maliciosamente em seu intuito de esvaziar seu patrimônio e fugir ao compromisso assumido com Tertuliano. Na qualidade de advogado(a) de Tertuliano, redija a peça processual cabível, mencionando, ao final, a providência a ser requerida.

Obs.: O acadêmico deve indicar todos os fundamentos e dispositivos legais cabíveis. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

PRAZO MÁXIMO PARA ENTREGA: ATÉ 22 DE NOVEMBRO DE 2017

DAS ATIVIDADES DIVERSAS

ATIVIDADES DIVERSAS (NÃO SUBSTITUIRÃO ATIVIDADES, SERÃO APENAS DE COMPLEMENTAÇÃO CASO NÃO ALCANÇEM PONTOS/NOTA NAS ATIVIDADES VINCULADAS).

Distribuição dos pontos:

Atividades Diversas.....2,0

A) Atividades de observação/visitas: **1 (um) relatório**, recebendo 1,0 ponto, que será somado na nota do segundo bimestre.

OBS.: O órgão a ser visitado é o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DE RIO VERDE**, e, deverá ser na companhia da professora responsável pelo estágio, no dia e hora a ser marcada pela mesma. O acadêmico que desejar participar da visita tem até o dia **30 de AGOSTO de 2017** para efetivar sua inscrição junto ao Setor.

B) Presença do aluno no Setor para orientação no dia e hora marcada em **TODAS** as atividades vinculada/obrigatória receberá 1,0 ponto que será somado na nota do segundo bimestre.

OBSERVAÇÃO: a atribuição dos pontos deverá seguir o seguinte critério:

- 1º)- pontualidade da entrega dos referidos trabalhos;
- 2º)- apresentação dos mesmos;
- 3º)- dinâmica/desenvoltura do aluno;
- 4º)- conteúdo das obrigações.

Durante a visita (atividades diversas) à Instituição acima informada, os alunos deverão observar estritamente os costumes do local (uso de traje adequado ao ambiente forense ou, quando não for o caso, o traje deverá guardar correspondência com o local a ser visitado).

Devem também observar as instruções próprias das repartições públicas, como a proibição de fumar e uso de aparelho celular.

ANEXOS- MODELOS

A T E S T A D O

Atesto que o(a) acadêmico(a)
....., período.....,
do curso de Direito, da FAR –Faculdade Almeida Rodrigues, esteve presente no
seguinte local:....., cumprindo
atividade de Estágio Supervisionado.

Rio Verde,dede 2017.

.....

Assinatura e Carimbo

Obs.: assinatura e carimbo da autoridade ou funcionário designado para o
acompanhamento da visita/atividade de Estágio Supervisionado.

Estrutura de Parecer

Parecer n° ...

Interessado ... (quem pediu)

Assunto: Solicitação de parecer sobre (trazer o questionamento realizado conforme a situação dos fatos).

1) Relatório

Trata-se de consulta formulada por ... (nome da pessoa que pediu o parecer) que solicita parecer sobre a possibilidade de ... (parafrapear o problema contado sem inventar nada).

É o relatório.

2) Fundamentação

Disposições legais e/ou doutrinárias a respeito da temática analisada.

3) Conclusão

Ante o exposto, o parecer é no sentido de ... (resposta sucinta referindo-se unicamente ao fato questionado).

Local e data

Nome (por extenso) da pessoa que elaborou o parecer jurídico.